



CENTRO UNIVERSITÁRIO UNISOCIESC

CURSO DE PSICOLOGIA

**ANNA HELENA FLORES
ISADORA CORRÊA DA LUZ
JÚLIA MORETTI BOTELHO**

AFETAÇÕES PSICOLÓGICAS CONSEQUENTES DA IDEALIZAÇÃO MATERNA

BLUMENAU/SC

2022

**ANNA HELENA FLORES
ISADORA CORRÊA DA LUZ
JÚLIA MORETTI BOTELHO**

AFETAÇÕES PSICOLÓGICAS CONSEQUENTES DA IDEALIZAÇÃO MATERNA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia do Centro Universitário
UNISOCIESC de Blumenau como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia

Orientador: Prof. Me. Jéferson Passig

BLUMENAU/SC

2022

**ANNA HELENA FLORES
ISADORA CORRÊA DA LUZ
JÚLIA MORETTI BOTELHO**

AFETAÇÕES PSICOLÓGICAS CONSEQUENTES DA IDEALIZAÇÃO MATERNA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Psicologia do Centro Universitário
UNISOCIESC de Blumenau como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia

Orientador: Prof. M.e Jéferson Passig

Aprovado em: ___/___/_____.

Presidente: Prof. Nome do professor, Grau (M.e ou M.^a ou D.r ou D.ra) - Orientador,
Universidade de Atuação do professor

Membro: Prof. Nome do professor, Grau (M.e ou M.^a ou D.r ou D.ra), Universidade de
Atuação do professor

Membro: Prof. Nome do professor, Grau (M.e ou M.^a ou D.r ou D.ra), Universidade de
Atuação do professor

Dedicamos esse trabalho, de um modo geral, ao movimento de emancipação feminina, a fim de contribuir com a autocompreensão enquanto mulheres e a luta pela equidade de direitos.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso contou com a ajuda de diversas pessoas, dentre as quais agradecemos:

As nossas famílias, das quais sempre tivemos apoio e carinho.

As idealizadoras participantes da pesquisa, pela parceria e amizade.

Aos nossos amigos, pela compreensão das ausências e pelo afastamento temporário.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte de nossa formação, o nosso muito obrigada.

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher.” (BEAUVOIR, 1949, p. 11).

RESUMO

A idealização da Maternidade traz consigo diversas consequências a saúde da mulher contemporânea. O presente trabalho busca identificar as afetações psicológicas oriundas da romantização do ser mãe, conceitualizando termos como a Maternidade Compulsória, Sentimentos de Ambivalência, Maternidade da Culpa. Além de, refletir acerca da construção histórica e cultural do conceito de maternidade, da maternidade na era pós-moderna-Moderna e suas implicações socioeconômicas. Dessa forma, optou-se por uma pesquisa bibliográfica dos últimos 20 (vinte) anos onde foram encontrados 15 (quinze) artigos que cumpriam com os seguintes critérios: serem escritos por psicólogos e/ou cientistas sociais e terem como temática central a idealização da maternidade. Tal fenômeno demonstrou-se ser um agravante para o desenvolvimento de transtornos como Depressão Pós-Parto, Ansiedade e Síndrome de Burnout. A papel da psicologia é desempenhar reflexões e compreender o contexto que os indivíduos estão inseridos a fim de auxiliar de forma assertiva no enfrentamento de angústias, martírios e dificuldades envolvidos nessa visão idealizada de maternidade.

Palavras-chaves: Maternidade. Maternagem. Maternidade Compulsória. Afetações Psicológicas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Objetivos.....	15
1.2 Justificativa	15
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	16
2.1 Construção histórica e cultural do conceito de maternidade	16
2.2 Maternidade na Era Pós-Moderna	17
2.3 Afetações socioeconômicas na vivência da maternidade.....	19
3. METODOLOGIA.....	21
3.1 Modalidade da Pesquisa.....	21
3.2 Campo de Observação.....	21
3.3 Instrumento de Coleta de Dados	21
3.4 Critérios para Análise dos Dados.....	21
3.5 Descrição das etapas da investigação.....	22
4. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30
7. APÊNDICES	23

1.INTRODUÇÃO

A conceitualização de maternidade não é um fenômeno fixo, estruturando-se através da história da sociedade e sofrendo alterações conforme a época. Podendo assim ser definida como uma construção enraizada simbolicamente, variando segundo diferentes contextos históricos, sociais, econômicos e políticos (RESENDE, 2017).

Entretanto o repertório sociocultural acerca do atual conceito de maternidade, essa prática julgada inerente à natureza feminina, é relativamente recente, juntamente com a exaltação do amor materno na civilização ocidental. Para Badinter (1985; 2011), esse tipo de vínculo, tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”, é um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII. Por esse motivo, é habitual que mulheres não se sintam representadas pelo arquétipo atrelado à maternidade atual.

Assim, entendemos que há uma nova mulher, mas que vive sob o manto das velhas representações, pois continuamos cobrando delas o velho modelo de mãe idealizada. O problema, porém, é que as mulheres de hoje, já não são preparadas, não sabem e nem querem cuidar dos seus filhos como suas mães faziam. Elas têm outros interesses, desejos, informações, expectativas e, sobretudo outras alternativas para se realizarem como mulher, que não estão mais restritas à maternidade. Novamente, observasse um conflito na vivência do papel moderno de mãe, que acarreta mais dúvidas, angústias e, sobretudo em culpa, que se revelam através da (des)conhecida ambivalência materna (AZEVEDO&ARRAIS, 2006, p. 270).

A idealização da pesquisa partiu do questionamento de três acadêmicas não mães sobre a vivência da maternidade na pós-modernidade. Há uma lacuna na representação das consequências da idealização materna na vida e autopercepção da mulher.

As mulheres, enquanto mães, tendem a negligenciar seu próprio sofrimento em decorrência do mito social da completude através da maternidade. O mal-estar na maternidade existe, apesar de negado, e é consequência do medo em não estar desempenhando seu papel como o é esperado, da falta de vínculo afetivo com a sua prole e de não se sentir satisfeita ou representada nessa posição social.¹

¹[1] A dona-de-casa moderna é simultaneamente uma condição social e moral, uma visão normativa da mulher, uma religião laica da mãe e da família. (Lipovetsky, 2000, p. 204)

O desejo em ser mãe é tratado, muitas vezes, como algo inerente ao ser mulher; sendo não só difícil desvincular a imagem do feminino da maternidade, mas também, para uma mãe, perceber-se em outras representações enquanto mulher, "o processo de desbastamento da identidade feminina, identidade que antes se apresentava numa gama múltiplas de funções (...) passava a introjetar-se apenas nas relações conjugais" (DE PRIOR, 2009, p. 110). Entende-se que a atuação do psicólogo não se limita apenas na prática clínica, mas também em questionar fenômenos sociais enraizados culturalmente que influenciam no sofrimento psíquico de determinado grupo. Como base nessa máxima, a relevância da ideia central desse projeto torna-se essencial por retratar a maternidade compulsória enquanto fenômeno social com consequências na saúde mental da mulher.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Identificar as afetações psicológicas consequentes da idealização da maternidade.

1.1.2 Objetivos específicos

Os objetivos específicos são:

- a) Esclarecer as noções a respeito da maternidade compulsória;
- b) Debater acerca dos impactos culturais no adoecimento materno;
- c) Identificar quem são os autores da temática.

1.2 JUSTIFICATIVA

Promover o debate acerca das consequências da idealização social da maternidade na saúde mental da mulher, conceitualizando questões como maternidade compulsória e fazendo um apanhado geral da imagem do ser mãe ao longo da civilização. Entende-se que a mulher contemporânea é exposta à diversas cobranças e a sua busca pela adequação ao papel social materno pode resultar em complicações diretas na sua saúde psicológica, gerando até, em certos casos, o adoecimento patológico.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSTRUÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DO CONCEITO DE MATERNIDADE

De acordo com Ariès (1986), pode-se conceber a maternidade como fenômeno social, possuindo assim diferentes significados e simbologias em distintos contextos históricos. Ou seja, as noções que, atualmente, tem-se da imagem da maternidade são produtos do meio em que a sociedade está inserida.

Ao analisar o significado empregado a palavra “mãe”, pode-se observar entendimentos relacionados a bondade e altruísmo. Como descrito no Dicionário Aulete Digital (MÃE, 2022), a palavra mãe pode significar:

1. Mulher que deu à luz e/ou que cria ou criou filho(s).
2. Fêmea de animal que deu cria, ou que cuida de filhote que não é seu.
3. Fig. Instituição ou pessoa muito dedicada, generosa, benfazeja, ou que ampara quando é necessário: O orfanato era a mãe daquelas crianças abandonadas: Madre Teresa de Calcutá foi a mãe dos pobres.

Muito dedicada, generosa, benfazeja e todos os outros adjetivos que servem para reforçar o ideal de “santa mãezinha”, nem sempre foram diretamente associados com a concepção de maternidade. Na verdade, segundo Poster (1979), somente a partir do século XIX instaurou-se a naturalização do amor materno; conseqüentemente, devido às novas responsabilidades associadas a mãe, a sua “imagem foi cada vez mais sacralizada: criou-se uma associação de um novo aspecto místico à maternidade, a de santa” (ZANELLO, 2020, p. 129)

O que se percebe, entre os séculos XVI, XVII e XVIII, é uma passagem da visão da mulher como "sereia, diabo, perigosa" para uma mulher essencialmente materna (boa) e disponível a cuidar. Eva cedeu o lugar à doce Maria. A imagem anterior, sensual, da mulher (Eva), é substituída por outra assexuada, submissa e materna por natureza (Maria). A curiosa, a ambiciosa, a audaciosa metamorfoseou-se em uma criatura modesta e ponderada, cuja maior ambição se circunscrevia ao espaço doméstico. (ZANELLO, 2020, p. 128)

Durante toda Idade Média e até mesmo na Antiguidade, a maternidade era desvalorizada. Como descrito por Badinter (1985), a condição de mãe e esposa equiparava-se

à da criança, exercendo um papel de submissão à autoridade marital do núcleo familiar, a autoridade paterna. O apego à prole tinha interferência também, conforme Ariès (1981), ao pouco tempo em que as crianças permaneciam vinculadas à sua família, entre 07 e 10 anos, até serem entregues a outros responsáveis para sua educação. Assim que não dependia mais dos cuidados da mãe ou da ama, a criança passava à condição semelhante à do adulto, misturando-se a eles em todas as atividades sociais. A criança pequena não era tida em conta, o que, de acordo com Ariès (op. cit.) justificava-se em parte pela fragilidade física, que tornava sua sobrevivência pouco provável nas condições da época.

Entretanto, essas compreensões foram transformando-se, principalmente com a ascensão da burguesia, a criança passa a ser vista como futura mão de obra, portanto, as atenções do núcleo familiar voltaram-se a “preservar a criança” em prol da sua sobrevivência – visto a elevada mortalidade infantil da Idade Média, segundo Badinter (1985, p. 87), cerca de 25% dos nascidos vivos.

Com os novos papéis definidos, como abordado por Moura & Araújo (2004), a mãe passa a ser a responsável pelo bem-estar dos filhos. Médicos, moralistas, administradores e chefes de polícia reforçaram a necessidade de a mulher ocupar-se com os filhos, argumentando que, uma vez que só a mulher era capaz de gestar e parir, esses cuidados seriam pertencentes à “natureza feminina”.

2.2 MATERNIDADE NA ERA PÓS-MODERNA

Segundo Quednau (2007), a partir da década de 60 as mulheres começaram a reivindicar seu espaço social, principalmente nos EUA e mais tarde no Brasil, passando a criticar a ideia de que teriam satisfação em apenas cuidar dos filhos e do lar. Desejavam trabalhar, sustentarem-se e serem respeitadas. Lutaram contra desigualdades culturais e políticas. Buscavam incentivar as mulheres a perceber os aspectos de suas vidas pessoais como reflexo de estruturas de poder sexistas.

Desse modo, esse período histórico foi marcado por diversas conquistas de direitos femininos. De fato, a sociedade como um todo passava por transformações sociais, políticas e pelo surgimento de uma nova forma de viver na era pós-moderna. Isto é, com a chegada da pós-modernidade o homem precisou reinventar-se. O trabalho, a arte, a democracia, o lazer, as regras sociais e o próprio cotidiano estão sujeitos a transformação constante (FRIDMAN, 2000).

Contudo, para Fernandes (2005), essa progressiva conquista do espaço público trouxe para mulher uma infinidade de ganhos que, como não poderia deixar de ser, exigiu seu preço. Um preço que solicita uma mudança na posição da mulher, o que certamente exige a passagem pelo luto das perdas de garantia das antigas posições.

A mudança traz consigo a transformação dos ideais, que são o resultado das novas conquistas do ser humano no saber sobre si mesmo. Ocorre aí o abandono de interesses antigos e a descoberta de novos interesses e necessidades. No entanto, para as mulheres a mudança dos tempos trouxe também uma ampliação dos ideais. Ou seja, no que diz respeito à sua inserção na cultura, as mulheres confrontam-se hoje não apenas com as transformações dos ideais, mas com um verdadeiro acúmulo deles. É importante ressaltar que muitos conflitos e algumas doenças podem surgir devido a esta relação da mulher pós-moderna com os papéis que ela exerce (QUEDNAU, 2007, p. 9).

Quednau (2007) também aborda que, fruto da conquista de direitos femininos e do movimento feminista, o papel social feminino sofreu transformações, a mulher que antes se dedicava inteiramente para casa, marido e filhos, agora exerce outras funções. Contudo, não imaginavam que precisariam trabalhar o dobro. Ainda que não exclusivamente, a mulher é socialmente considerada responsável pelos cuidados maternos e de casa.

A mulher precisa lidar com excesso de demandas no seu cotidiano, resultando num acúmulo de tarefas que exigem uma elasticidade nunca imaginada (FERNANDES, 2005). Isto é, a mãe pós-moderna além de ser socialmente cobrada pelo papel de mãe amável e acolhedora, é cobrada excelência em diversos outros papéis. Segundo Sopindola e Santos (2003), a sensação de culpa é um sentimento que está associado ao papel de boa mãe. Esse sentimento está relacionado com a cultura e com o processo de educação e socialização do indivíduo.

A socialização feminina, conforme conceitualizada por Beauvoir (1949), é construída a partir de ideias culturalmente enraizadas sobre o que é ser uma mulher. Desde crianças, mulheres são incentivadas ao cuidado, brincando de boneca, casinha etc., mesmo com transformações sociais, as raízes culturais estão presentes de forma estrutural em seu cotidiano. Dessa forma, o papel de cuidados das crias, mesmo que a mãe trabalhe fora e tenha outras responsabilidades, ainda é atribuído a função materna.

2.3 AFETAÇÕES SOCIOECONÔMICAS NA VIVÊNCIA DA MATERNIDADE

O debate acerca da construção cultural da maternidade é uma pauta bastante consistente na teoria feminista ocidental. Contudo, da mesma forma que não é possível contemplar uma forma única de ser mulher, entende-se também que não há uma maneira única de ser mãe, e desta pluralidade, advém algumas marginalizadas pelo processo colonizador. Sendo assim, faz-se essencial as contribuições do feminismo não-branco para ultrapassar limites da visão feminista eurocêntrica e burguesa, que por muito tempo foi alheia a diversidade entre as mulheres.

“Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou eu uma mulher?”. Esse discurso proferido pela ativista afro-americana Sojourner Truth citando a filósofa Ângela Davis (2016, p.72) se tornou emblema para o feminismo negro pois, não apenas questionava o estereótipo de feminilidade branca, mas também abordava questões de negação do exercício da maternidade às negras escravizadas.

Sob impacto da escravidão, mulheres negras não tiveram seus “destinos naturais” historicamente atribuídos a parir e maternar sua criança, pelo contrário, suas ancestrais escravizadas tiveram que lutar para manter o vínculo familiar ameaçado pelas condições da época. Para Ângela Davis, analisando a escravidão nos Estados Unidos:

A exaltação ideológica da maternidade – tão popular no século XIX – não se estendia às escravas. Na verdade, aos olhos de seus proprietários, elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava. Elas eram “reprodutoras” – animais cujo valor monetário podia ser calculado com precisão a partir da sua capacidade de se multiplicar (DAVIS, 2016, P. 25-26).

No Brasil, essa concepção menos idealizada da maternidade para a mulher negra não desapareceu após a liberdade formal adquirida com o fim da escravidão.

Um dos incisos da lei do ventre livre de 1871 no Brasil, estipulava: “§ 4º Se a mulher escrava obtiver liberdade, os filhos menores de oito anos (sic), que estejam em poder do senhor della (sic) por virtude do § 1º, lhe serão entregues, excepto (sic) se preferir deixal-—os (sic), e o senhor annuir

(sic) a ficar com eles”. Assim, a lei considerava o “não desejo” materno em permanecer com a criança, pois os legisladores não reconheciam nessas mulheres um “instinto natural” a conservar sua prole ao seu lado em sua condição de liberdade. (ALMEIDA, 2022, p. 99).

Além disso, segundo Goes, Moore e Figueiredo (2014, p.824), sobre a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI), instaurada pelo Congresso Nacional Brasileiro, no ano de 1991: “A CPI da Esterilização constatou que houve prestação inadequada dos serviços oferecidos pelas instituições privadas financiadoras de métodos contraceptivos inclusive os irreversíveis, sendo expandida principalmente, nas regiões mais pobres do país”. Ou seja, o Estado Brasileiro também foi responsável por violações às mulheres marginalizadas em prol de controle reprodutivo, por meio de esterilização.

Levando em consideração os fatores históricos, sociais, culturais e econômicos, a perspectiva do feminismo negro se torna extremamente necessária para debater a questão da maternidade/maternagem para além da problematização branca e de classe média. Investigar e questionar a origem das estruturas de opressão se torna chave para acolher a experiência de mulheres de diferentes etnias, religiões e classes sociais.

3. METODOLOGIA

3.1 MODALIDADE DA PESQUISA

Segundo Gil (2002) a pesquisa quanto aos objetivos se caracteriza como exploratória, ou seja, situa o assunto no meio acadêmico sobre o tema, para então aprofundar e utilizar autores para uma clarificação crítica e científica. Em relação aos procedimentos de investigação, a pesquisa tem o caráter bibliográfico, uma vez que a natureza das fontes investigadas são: artigos acadêmicos, livros e periódicos referentes ao tema.

3.2 CAMPO DE OBSERVAÇÃO

Quanto ao campo de observação, a fim de responder quais as consequências da idealização da maternidade na saúde mental da mulher, a pesquisa levará em consideração, o levantamento bibliográfico de artigos e periódicos digitais relacionados a maternidade compulsória.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O levantamento de materiais ocorreu em um corte temporal entre 2002 e 2022. Tendo como bancos de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Portal de Periódicos CAPES e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Se fará um levantamento com os títulos, as palavras-chaves e resumos, com as seguintes expressões: “maternidade”, “maternagem” “gênero” e “maternidade compulsória”. Esgotando suas variações de número e acentuação gráfica. Optou-se, especificamente por essas expressões por poderem ser consideradas ‘expressões núcleo’ na temática.

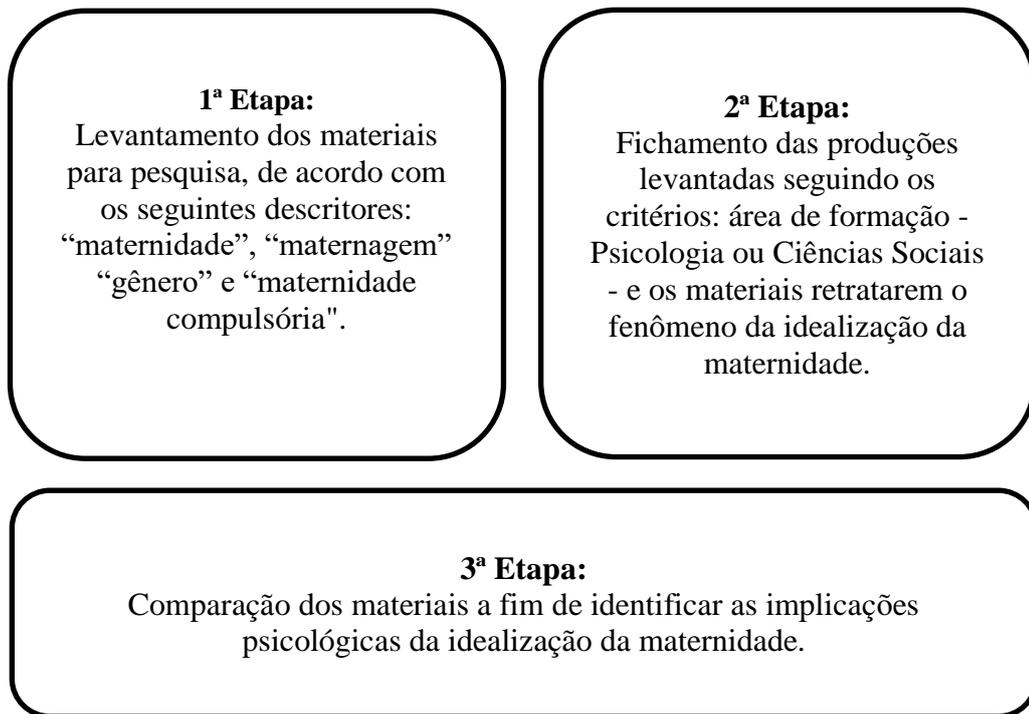
3.4 CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Quanto aos critérios, os dados colhidos serão pré-selecionados e apresentados através de fichamento, levando em consideração a formação dos autores - Psicologia ou Ciências Sociais - e os materiais retratarem o fenômeno da idealização da maternidade.

3.5 DESCRIÇÃO DAS ETAPAS DA INVESTIGAÇÃO

Para a compilação dos resultados foram realizadas as seguintes etapas:

Figura 1 – Fluxograma com a descrição das etapas da pesquisa.



4. APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Ao levantar os materiais de pesquisa foram encontrados 105 artigos, considerando repetições, nos bancos de dados Capes, Scielo e BVS, utilizando as palavras chaves já descritas na Metodologia. Como resultado, 15 artigos (apêndice A) cumpriam com os seguintes critérios: serem escritos por psicólogos e/ou cientistas sociais e terem como temática central a idealização da maternidade.

Dentre os artigos selecionados, foram analisados dois tópicos, incidência do gênero dos autores - 13 foram escritos somente por mulheres, 2 foram escritos por homens e mulheres e não foram encontrados artigos escritos somente por homens - e ano de publicação.

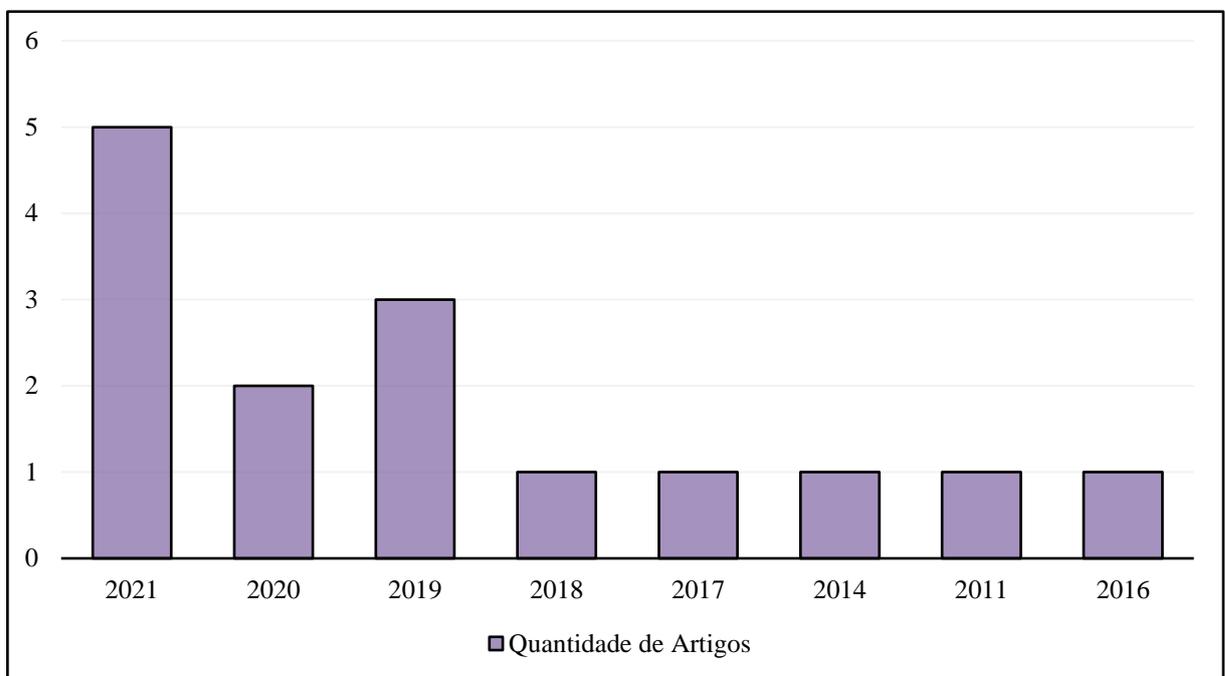


Gráfico 1
Fonte: De autoria própria

Como apresentado no Gráfico 2, 80% dos materiais publicados foram escritos somente por mulheres e 100% tiveram, ao menos, uma mulher participando ativamente da produção. Isso exemplifica que, houve uma significativa crescente de mulheres produzindo sobre assuntos relacionados à suas experiências enquanto classe.

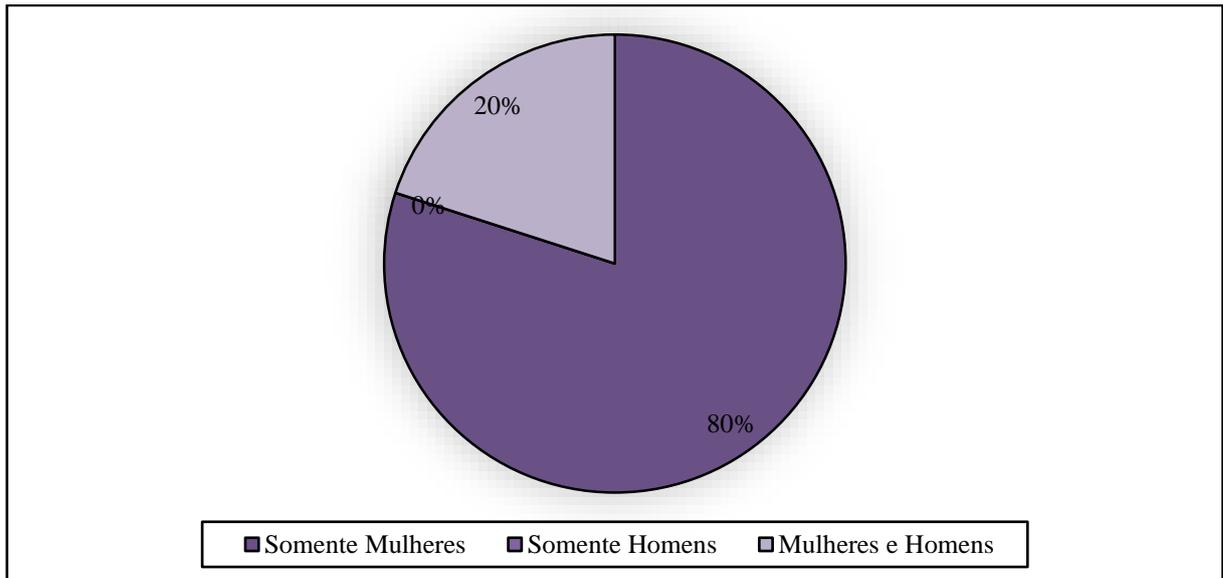


Gráfico 2
Fonte: De autoria própria

Com a responsabilidade dos cuidados da prole sendo direcionados à função materna, a Igreja, a Medicina e o Estado, além de serem os principais causadores de tal atribuição da mãe, também coordenavam o ensino do amor e cuidados. (VIEIRA & ÁVILA, 2018). Levando em consideração esse referencial histórico, é perceptível a mudança de cenário na produção de conteúdo a respeito de mulheres e suas próprias vivências, ressaltando-se a relevância da majoritariedade feminina nas pesquisas acerca do tema.

Entre os séculos XVII e XIX, com o desenvolvimento do capitalismo e ascensão da burguesia instaurou-se a divisão entre esferas públicas e privadas. Cabia ao estado administrar as relações de produção e à família as condições de sobrevivência. Deste modo, a criança, até então criada em comunidade, passa a ser responsabilidade dos pais. Ao mesmo tempo, consolida-se a diferenciação de papéis sociais. Ao homem caberia o sustento da casa, enquanto à mulher os cuidados da família. (GRADVOHL, OSIS, MAKUCH, 2014, p. 58).

É possível que um dos motivos pelo aumento das produções nesse nicho na última década seja devido ao avanço da globalização e disseminação das ideias feministas na internet, como é caracterizado na Quarta Onda do Movimento Feminista, movimento *ChildFree* e pandemia Covid-19.

A quarta onda é configurada com manifestações amplamente divulgadas através da internet, definindo o fenômeno conhecido como Ciberfeminismo. Nesse sentido, as redes sociais na internet, que se popularizaram no Brasil a partir dos anos 2010, potencializaram os

meios de articulação de feministas que já se identificavam com a causa antes das redes, criando uma forma completamente nova de atuação e consolidação do movimento (PEREZ; RICOLDI, 2019).

Outro movimento que possivelmente impulsionou o debate acerca da maternidade foi o *ChildFree*.

O movimento *childfree* chegou ao Brasil em meados de 2017 e, por isso, não há ainda legislação nem decisões a respeito. Para a Associação *Childfree* no Brasil (2016), que possui atualmente no Facebook 4.732 seguidores e 4.635 curtidas, o termo indica um estilo de vida no qual inexistente o desejo de ser pai ou mãe, bem como, em sentido mais recente, a falta de vontade de conviver com crianças de um modo geral. (MARTINS, 2018, p. 19).

Os críticos do movimento ² relacionam o tema com a exclusão materna da vida pública, por existir reivindicações de “direitos” a não conviver juntamente com crianças pelos ativistas do *ChildFree*; excluir crianças de locais de comum acesso é excluir principalmente mães. Por questões socioeconômicas e/ou culpabilização, as concepções atuais sobre a função materna e o ato de maternar consistem na mãe como principal responsável pelo cuidado da prole. Sendo assim, a proliferação do movimento dificulta o acesso de mulheres-mães a locais públicos.

Além disso, um terço dos artigos selecionados tiveram sua publicação no ano de 2021, quando ainda a população brasileira vivia a maior crise sanitária dos últimos tempos, a pandemia Covid-19.

A incipiente literatura indica que as mulheres são as mais afetadas psicologicamente pela pandemia, evidenciando maior frequência de sentimentos de depressão/tristeza, ansiedade/nervosismo, além de problemas de sono. Além disso, a quarentena intensificou o trabalho diário da população feminina em casa com tarefas domésticas, cuidados com os filhos e uma parcela teve seu trabalho efetivo transposto para maneira remota. (BONOW& HENN&GASTAUD&NARVAEZ, 2021, p. 88).

Em virtude disso, os artigos selecionados tratam das afetações psicológicas em detrimento da idealização da maternidade. Como tratado por autoras Elisabeth Badinter (1985; 2011) e Valeska Zanella (2018), a estruturação da maternidade no ideal feminino se dá através

² [2] Renata Corrêa, roteirista, escritora e dramaturga, em entrevista ao Portal Lunetas, revela sua opinião sobre o movimento *Childfree*: “Como feminista, eu apoio movimentos que questionem maternidade compulsória. Infelizmente o movimento *Childfree* não questiona a maternidade, ele culpabiliza a mãe. É só mais uma ferramenta conservadora em um mundo já repleto de ódio” > <https://cangurunews.com.br/proibida-a-entrada-de-criancas-os-lados-do-movimento-childfree/>

de um processo de socialização das mulheres desde sua infância, constituindo-se de expectativas sociais do que é ser mulher. Dessa forma, entende-se que a construção da mãe não se origina a partir da chegada de um filho, mas sim na própria construção do ser mulher; da infância até a vida adulta, iniciando com brincadeiras a práticas associadas ao cuidado.

A existência desse desejo no imaginário coletivo feminino enclausura a mulher no papel materno, impedindo-a de se projetar em outras possibilidades³. Através desse ciclo de naturalização que é possível identificar o fenômeno Maternidade Compulsória⁴. Maternar é uma pesada tarefa, executada muitas vezes de maneira solitária e submissa ao marido, e tem como recompensa a promessa de amor e felicidade, apesar de não ser uma garantia absoluta (BADINTER, 1985).

Como conceitualizado em *“O Mito da Mãe Exclusiva e seu Impacto na Depressão Pós-Parto”* (AZEVEDO & ARRAIS, 2006), esse modelo de maternidade natural, por se tratar de uma função inata ao sexo feminino, não tolera qualquer forma de maternar que fuja desse padrão amável, tranquila, compreensiva, terna, equilibrada, acolhedora, feminina em tempo integral. Espera-se um ideal, um modelo de mãe perfeita, uma imagem romanceada da maternidade construída ao longo dos últimos séculos, que está alicerçada sob um rígido padrão incapaz de admitir qualquer vestígio de sentimentos ambivalentes nas mães (AZEVEDO & ARRAIS, 2006).

Culturalmente, as representações sociais da maternidade estão fortemente calcadas no mito de mãe perfeita. Esta concepção assume proporções insustentáveis, segundo as quais acredita-se que a maternidade é inata à mulher. É a idéia (sic) de que a maternidade é parte inerente ao ciclo evolutivo vital feminino. Neste sentido, supõe-se que a mulher, por ser quem gera os filhos, desenvolve um amor inato pelas crianças e fica sendo a pessoa melhor capacitada para cuidar delas (AZEVEDO & ARRAIS, 2006, p. 270).

Parker (1997) afirma que a ambivalência materna é a vivência compartilhada por todas as mães, na qual coexistem sentimentos de amor e de ódio em relação ao filho. Este conflito desencadeia angústias e culpa em enfrentar sentimentos tão contraditórios implicando em

³ [3] “Da afirmação de que toda mulher poderia ser mãe, a medicina concluiu que a mulher não poderia ser outra coisa que mãe” Valeska Zanello em Saúde Mental, Gênero e Dispositivo, p. 132 (2018).

⁴ [4] “De uma forma simples, a maternidade compulsória é um conjunto de práticas sociais que levam as mulheres a uma maternidade não pensada, que faz com que elas acreditem que o caminho biológico da mulher é ser mãe. Então, elas têm esses filhos sem pensar se antes de tudo isso elas estão prontas e, mais importante, se elas querem ser mães” Fernanda Espíndola Allegretti em Aborto e maternidade compulsória: considerações acerca dos direitos reprodutivos das mulheres (2019).

sofrimento, com a qual as mães se acostumam a viver. Tal dualidade pode ter como consequência, além da culpa, a ansiedade, consideradas importantes no desenvolvimento da depressão pós-parto.

Segundo o Ministério da Saúde [s.d.], a Depressão Pós-Parto é uma condição de profunda tristeza, desespero e falta de esperança que acontece logo após o parto; ela pode estar associada a fatores físicos, emocionais, estilo e qualidade de vida, além de ter ligação, também, com histórico de outros problemas e transtornos mentais. Além disso, as autoras Lorena Ferreira Cronemberger e Monica Lourdes Franch Gutiérrez abordam em seu livro *“Ser mãe é padecer no paraíso?”* (1985), a depressão pós-parto como um sintoma social da sociedade atual, de modo que entendem o sofrimento como algo que não se restringe apenas a desejos individuais, mas principalmente, às expectativas e ações coletivas estreitamente ligadas a contextos sociais específicos da contemporaneidade.

Na ocasião do nascimento de um filho, a maioria das mulheres experimenta sentimentos contraditórios e inconciliáveis com a imagem idealizada de maternidade ditada pela cultura. Desta forma, estabelece-se um conflito entre o ideal e o vivido e instaura-se um sofrimento psíquico que pode se configurar como uma base para a depressão após o parto. As mulheres, ao gerarem seus filhos não precisam necessariamente saber agir logo de início, como se houvesse um instinto que lhes bastasse para serem mães perfeitas. Pelo contrário, é com o tempo e com a convivência com seus bebês, que as mulheres se tornam aptas a desenvolver suas funções maternas de forma satisfatória e saudável. Entretanto, o fato de muitas mães se sentirem forçadas a se adequarem às pressões da sociedade e se “adaptarem a uma visão romanceada deste estado” (AZEVEDO&ARRAIS, 2006, p. 269 - 275).

Segundo Halasi (2018, p. 63), atualmente, as mulheres vivem a "maternidade da culpa". A sobrecarga da experiência materna em detrimento da perfeição exigida, faz com que as mulheres vivenciem uma rotina de cobranças excessivas sobre o seu desempenho. A autora afirma também que a maternidade inclui um luto de si; uma constante demanda por renunciar a sua subjetividade para cuidar de outra pessoa. Além de abdicar sua singularidade e expectativas futuras, as mães também sofrem com consequências físicas fruto de uma função que ocupa grande parte do seu tempo.

Ser mãe é um trabalho em tempo integral, 24 horas por dia, 365 dias por ano. A isto se acrescenta que muitas mulheres também trabalham e realizam a maior parte das tarefas domésticas. Em muitas ocasiões, assim que acabam de limpar a casa e colocar tudo em ordem, descobrem que já está tudo sujo e bagunçado novamente, o que cria um

intenso sentimento de frustração e impotência que as faz questionar o sentido e o valor do que elas estão fazendo (CARNEIRO, 2017, p. 07)

É dever da Psicologia tratar sobre temas que repercutem a vida social do sujeito como cuidado, gênero e trabalho não remunerado, em virtude de tal discussão, aos poucos passam a nomear e classificar também essas experiências maternas, discorrendo sobre a exaustão e a ideia de cansaço como patologia.

Em uma edição da Revista Pazes de 2017, circulou a notícia de que as mães são as mais acometidas pela Síndrome de Burnout, um adoecimento diferente da depressão e que decorre do esgotamento físico e mental, ou seja, depois de a pessoa ter sido cronicamente exposta a uma situação repetidamente estressante (CARNEIRO, 2021, p. 06).

Tendo em vista essa discussão, é importante reforçar que gestar e criar filhos são dimensões humanas que tem se transformado historicamente, mesmo assim, a maternidade ainda precisa responder a um ideal de mãe infalível. Essa busca por satisfação absoluta a partir do ser mãe pode ter consequências prejudiciais à saúde mental, “[...] mulheres com uma visão romântica da maternidade durante a gravidez experienciam mais sentimentos negativos do que uma mulher com expectativas mais realistas” (ZANELLO, 2018, p. 173).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou investigar as questões acerca da maternidade e os possíveis sofrimentos psicológicos, experimentados pelas mulheres, consequentes da idealização materna. Tendo em vista a discussão debatida, entende-se que ato de maternar é uma construção social amplamente influenciada pelo contexto histórico-cultural inserido, ao contrário das noções de maternidade como algo inato reforçado em períodos como a ascensão do capitalismo.

A partir do levantamento bibliográfico realizado, identifica-se que a “mãe perfeita” foi produzida por uma sociedade patriarcal e sexista, por vincular a imagem do ser mulher como responsável pelo cuidado e pelos ideais associados a fragilidade e bondade. O resultado desse rótulo no imaginário feminino transparece no adoecimento psíquico e na aceitação do seu papel.

É possível verificar as afetações na saúde mental das mulheres devido a pressão social da maternidade compulsória, originando sentimentos ambivalentes dado a divergência a maternidade real e maternidade idealizada. Dessa forma, a atenção aos transtornos psicológicos, como a depressão pós-parto, a ansiedade e a o *burnout*, é imprescindível – os mesmos desencadeiam angústias e martírios às mulheres. Vale ressaltar que o desgaste emocional e a imposição social também afetam, mesmo que indiretamente, as mulheres que não querem ser mães.

O papel da psicologia é, além de acolher as demandas individuais, compreender os fenômenos sociais e seus efeitos na saúde mental de determinados grupos. Apesar da maternidade ser uma vivência subjetiva, ela é influenciada enquanto classe, devido a isso é necessário que o psicólogo crie ativamente espaços de diálogo e trabalhe para a desnaturalização desse estigma. Portanto, ressaltamos a importância de novas pesquisas e estudos acadêmicos sob uma perspectiva que compreenda o contexto socioeconômico que o indivíduo está inserido; tendo em vista, a dificuldade de encontrar materiais que avaliem de maneira ampla os impactos psicológicos na maternidade.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Alessandra da Rocha; AZEVEDO, Kátia Rosa. O Mito da Mãe Exclusiva e seu Impacto na Depressão Pós-Parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Brasília, 19(2), 269-276, 2006.
- BADINTER, Elisabeth. O Conflito: A Mãe e A Mulher. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- BADINTER, Elisabeth. Um amor conquistado: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BALUTA, Maria Cristina; MOREIRA, Dircéia. A injunção social da maternagem e a violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 27(2), p. 1 – 11, 2019.
- BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. 4o ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949.
- CARNEIRO, Rosamaria. Assim como nasce um bebê, nasce uma mãe? Para além da depressão pós-parto. **Revista Sociedade e Estado**, João Pessoa, Volume 36, Número 3, p. 1123 – 1129, Setembro/Dezembro 2021.
- CARNEIRO, Rosamaria. Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno. **Cadernos Pagu**, Brasília, (63), p. 1 – 12, 2021.
- CÉSAR, R.C.B; LOURES, A.F.; ANDRADE, B.B.S. A romantização da maternidade e a culpabilização da mulher. **Revista Mosaico**, Vassouras/RJ, 10 (2): SUPLEMENTO 68-75, Jul./Dez., 2019.
- COLLIER DE MENDONÇA, M. Maternidade e maternagem: os assuntos pendentes do feminismo. Revista *Ártemis*. **Revista Ártemis**, João Pessoa, vol. XXXI no 1; p. 56-72, jan-jun, 2021.
- CRONEMBERGER, Lorena Ferreira. GUTIÉRREZ, Mónica Lourdes Franch. Ser Mãe É Padecer No Paraíso? Narrativas da Depressão Pós-Parto. João Pessoa: **Editora UFPB**, 2020.
- Congresso Latino-americano de Ciência Política (ALACIP), 10, 2019, Monterrey. A Quarta Onda Feminista: Interseccional, Digital E Coletiva. **Associação Latino-americana de Ciência Política, a Associação Mexicana de Ciência Política e o Tecnológico de Monterrey**. P. 22.
- CRUZ, E.B.S; SIMÕES, G.L; FAISAL-CURY, A. Rastreamento da depressão pós-parto em mulheres atendidas pelo Programa de Saúde da Família. **Ver Bras Ginecol Obstet.**, São Paulo, 27(4): 181-8, 2005.
- EMIDIO, Thassia Souza; CASTRO, Matheus Fernandes. Entre Voltas e (Re)voltas: um Estudo sobre Mães que abandonam a Carreira Profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Assis, v. 41, e221744, 1-16, 2021.
- FRANCO, Marina Haase da Costa; FAJARDO, Ananyr Porto; CARDOSO, Priscila Abrahão Pereira; MELLO, Eliana Dable. Desigualdade de Gênero e Escuta Psi de Mulheres Atendidas na Atenção Básica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Porto Alegre, v. 41, e225110, 1-15, 2021.

GENERO, Isabella Kolln; SANTOS, Karolina Reis. Vivências de mulheres sobre o processo de parturição e pós-parto em um hospital escola. **Rev. Psicol. Divers. Saúde**, Salvador, 9(3):261-279, Novembro, 2020.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana. OSIS, Maria José Duarte. MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. **Pensando Famílias**, Porto Alegre, 18(1), (55-62), jun. 2014.

JOAQUIM, RHVT, DITZ ES, LEÃO A, MADALENA CM, COSTA PR, AZEVEDO L, MAGALHÃES LC. Maternidade em tempos de pandemia de Covid-19: o que nos revelam as mães atendidas em um hospital de referência. **Interface**, Botucatu, 26, p.1 – 17,2022.

JORGE, Alzira de Oliveira; PONTES, Monica Garcia; CARAJÁ, Adriana Fernandes; REIS, Gabriela Maciel; BRAGA, Luciana de Souza; ARAÚJO, Marcelo Grossi; LANSKY, Sonia; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Belo Horizonte, 27(2):515-524, 2022.

KARMALUK, Clara; LANSKY, Sônia; PARIZZI, Márcia; BATISTA, Gláucia; ALMEIDA, Egídio; DIAS, André Luiz Freitas; NATIVIDAD, Cláudia; GOMES, Bruno Pedralva. De quem é este bebê? Movimento social de proteção do direito de mães e bebês juntos, com vida digna! **Saúde em Redes**, Belo Horizonte, 4(Supl.1):169-189, 2018.

MACHADO, Jaqueline; PENNA, Claudia; CALEIRO, Regina. Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres. **Saúde Debate**, Rio De Janeiro, V. 43, N. 123, P. 1120-1131, out-dez 2019.

MARTINS, Tuany. O Movimento Childfree À Luz Do Ordenamento Jurídico brasileiro. Monografia (Bacharel em Direito) - Universidade do Sul de Santa Catarina. Tubarão, p. 100. 2018.

MATOS, Marlise. A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. 38º Encontro Anual da ANPOCS., Caxambu. 2014, p. 28

MOURA, S.M.S.R; ARAÚJO, M.F. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia Ciência e Profissão**, São Paulo, 24 (1), 44-55, 2004.

NEVES, Naiara Maria Santana; LOPES, Giovanna de Carli. Reprodução, Partos, Maternidades e Paternidades: Perspectivas Contemporâneas em Antropologia e Saúde. **Cadernos De Gênero E Diversidade**, Salvador, 5(4), 3–11, 2019.

O'REILLY, Andrea. Uma Maternidade Tão Branca: A maternidade normativa conforme representada e resistida no gênero memorialista. **Revista Ártemis**, João Pessoa, vol. XXXI no 1; p. 35-55, jan-jun, 2021.

PEDROSA, Mariana; ZANELLO, Valeska. (In)visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, Vol. 32 n. esp., pp. 1-8, 2016.

RESENDE, Deborah Kopke. As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica. **Revista Três Pontos**, Belo Horizonte, V. 14 n. 1, 52-59, 2017.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Caderno Pagu**, São Paulo, (16) pp. 137-150, 2001.

SOARES, Izabel Cristina; SANTOS, Kátia Alexandra. A não maternidade por opção: depoimentos de mulheres que não querem ter filhos. **Revista Ártemis**, João Pessoa, vol. XXX no 1; pp. 384-400, jul-dez, 2020.

STELLIN, Regina Maria Ramos; MONTEIRO, Camila Fonteles d'Almeida; ALBUQUERQUE, Renata Alves; MARQUES, Cláudia Maria Xerez Camara. Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. **Estilos da Clínica**, São Paulo, 16(1), 170-185, 2011.

VÁSQUEZ, Georgiane. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, nº6. p.167-181, jan-jun, 2014.

VIEIRA, Camilla Araújo Lopes; ÁVILA, Alana Aragão. Um olhar sobre o fenômeno da Maternidade Naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem. **Gênero**, Niterói, v.18, n.2, 2018.

ZANELLO, Valeska. Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação. Curitiba: Editora Appris Ltda, 2018.

[s.d.]. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/depressao-posparto#:~:text=%C3%89%20uma%20condi%C3%A7%C3%A3o%20de%20profunda,conhecida%20como%20psicose%20p%C3%B3s%20parto>. Acesso em: 28 out. 2022.

APÊNDICE

Apêndice A – Artigos coletados

Sobrenome, Nome	Nome do Artigo	Ano
MACHADO, Jacqueline PENNA, Claudia CALEIRO, Regina	Cinderela de sapatinho quebrado: maternidade, não maternidade e maternagem nas histórias contadas pelas mulheres	2019
MENDONÇA, Maria Coller	Maternidade e Maternagem: Os Assuntos Pendentes Do Feminismo	2021
VIEIRA, Camilla Araújo Lopes ÁVILA, Alana Aragão	Um olhar sobre o fenômeno da Maternidade naturalista: refletindo sobre o processo de maternagem	2018
BALUTA, Maria Cristina MOREIRA, Dircéia	A injunção social da maternagem e a Violência	2019
SOARES, Izabel Cristina SANTOS, Kátia Alexsandra	A não maternidade por opção: depoimentos de mulheres que não querem ter filhos	2020
O'REILLY, Andrea	Uma Maternidade Tão Branca: A maternidade normativa conforme representada e resistida no gênero memorialista	2021
NEVES, Naiara Maria Santana LOPES, Giovanna De Carli	Reprodução, Partos, Maternidades e Paternidades: Perspectivas Contemporâneas em Antropologia e Saúde	2019

JORGE, Alzira de Oliveira PONTES, Monica Garcia CARAJÁ, Adriana Fernandes REIS, Gabriela Maciel BRAGA, Luciana de Souza ARAÚJO, Marcelo Grossi LANSKY, Sonia FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz	Das amas de leite às mães órfãs: reflexões sobre o direito à maternidade no Brasil	2021
KARMALUK, Clara LANSKY, Sônia PARIZZI, Márcia BATISTA, Gláucia ALMEIDA, Egídio DIAS, André Luiz Freitas NATIVIDAD, Cláudia GOMES, Bruno Pedralva	De quem é este bebê? Movimento social de proteção do direito de mães e bebês juntos, com vida digna!	2017
GENERO, Isabella Kolln SANTOS, Karolina Reis	Vivências de mulheres sobre o processo de parturição e pós-parto em um hospital escola	2020
FRANCO, Marina Haase da Costa FAJARDO, Ananyr Porto CARDOSO, Priscila Abrahão Pereira MELLO, Eliana Dable	Desigualdade de Gênero e Escuta Psi de Mulheres Atendidas na Atenção Básica	2021
CARNEIRO, Rosamaria	Cansaço e violência social: sobre o atual cotidiano materno	2021

STELLIN, Regina Maria Ramos MONTEIRO, Camila Fonteles d'Almeida ALBUQUERQUE, Renata Alves MARQUES, Cláudia Maria Xerez Camara	Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades	2011
ARRAIS, Alessandra da Rocha AZEVEDO, Kátia Rosa	O mito da mãe Exclusiva e seu Impacto na Depressão Pós-Parto	2006
GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana OSIS, Maria José Duarte MAKUCH, Maria Yolanda	Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade	2014
EMIDIO, Thassia Souza CASTRO, Matheus Fernandes	Entre Voltas e (Re)voltas: um Estudo sobre Mães que abandonam a Carreira Profissional	2021